

VIVA A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO SÍRIA!

O futuro deve pertencer ao povo
sírio! Fora tropas estrangeiras!
Nenhuma confiança no HTS!

Página 17

NACIONAL

**Congresso vota pacote do
governo que ataca salário mínimo
e direitos dos mais pobres**

Página 29

NACIONAL

**Violência policial:
atrocidades põem governos
racistas na defensiva**

Páginas 10 e 14

FALOU BESTEIRA

“ Roberto, a casa é sua, sempre estaremos de portas abertas para você. Sou muito grato por tudo que fez pela política monetária ”

Gabriel Galípolo, atual presidente do Banco Central, em elogio rasgado ao seu antecessor Roberto Campos Neto, o neoliberal bolsonarista.



APOIE O OPINIÃO SOCIALISTA

Contribua para uma imprensa socialista e revolucionária

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes. Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e

fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. **Confira abaixo como você pode contribuir.**



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

✉ opiniao@pstu.org.br



Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



CONTRIBUA



Conta Opinião Socialista LTDA:

- Agência: 4054-1

- Conta: 26751-1

Pix: 55.446.524/0001-00

Índice



Violência policial:
Atrocidades põem
governos racistas na
defensiva

Página 10

Audiência na Câmara dos
Deputados debateu a
violência policial em vários
estados

Página 14

Internacional: Viva a
Revolução Síria!

Página 17

Governo Lula corre
contra o tempo para
aprovar pacotão
de ataques

Página 29

20 de dezembro:
Mobilizações pelo fim da
escala 6X1 denunciam o
Natal que a TV não mostra!

Página 41

Prisão de Braga Netto
escancara golpismo
nas Forças Armadas e
incapacidade do governo
em combatê-lo

Página 48

Governo do Ceará quer
liberar “chuva de veneno”
para favorecer o agronegócio

Página 54

Justiça gaúcha defere liminar
do grupo Zaffari contra o PSTU

Página 63

A hipocrisia do governo Lula e a ingratidão dos bilionários capitalistas



Jantar de
Haddad com
Frebaban

Se tem algo que marca o governo Lula neste ano é a sua peculiar característica de dizer uma coisa e fazer outra. Fala que defende os direitos das mulheres, mas se omite vergonhosamente diante da aprovação da PEC dos estupradores. Não faz nada, nem sequer tece uma crítica ao governo de São Paulo, em meio à onda de violência policial no estado dirigido por um bolsonarista de carteirinha, que vem transformando a Polícia Militar, ainda mais, numa máquina de matar trabalhadores, pobres e negros. Na verdade, o PT não pode falar muito, porque a PM do seu governo, na Bahia, reproduz o mesmo modus operandi de uma violência racista e elitista contra os mais pobres.

Diz que é contra a ultradireita bolsonarista, mas segue adotando uma postura conciliatória, mantendo José Múcio, passador de pano de golpista e próximo do bolsonarismo, à frente do Ministério da Defesa.

A prisão de Braga Netto deveria ser apenas o começo. Para romper definitivamente com a tradição golpista, deveria começar demitindo toda a cúpula militar. Como também seria necessário extinguir o famigerado Artigo 142 da Constituição e reformar profundamente as academias militares.

Mas, ao invés disso, o governo Lula vem fazendo o contrário. Faz parcerias em privatizações e com governadores de ultradireita, como Romeu Zema, em Minas Gerais, e o próprio Tarcísio de Freitas, avançando contra o patrimônio público e fortalecendo esse setor da extrema direita. Isto demonstra que o governo do PT é incapaz até mesmo de enfrentar os bolsonaristas golpistas e a ultradireita.

Por fim, fala que defende os trabalhadores e que vai taxar os ricos. Mas, na prática, o governo construiu um ajuste fiscal aos moldes do que os bilionários capitalistas queriam.

E, se não bastasse, tem entregado todas as emendas parlamentares que o Centrão exige para garantir a aprovação de um pacote de ajuste fiscal que, na realidade, nada mais é do que uma série de ataques contra os trabalhadores, retrocedendo no reajuste do salário mínimo e cortando o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago aos idosos e às pessoas com deficiência, além do abono salarial.

Medidas que também limitam os investimentos públicos em áreas sociais, como Saúde e Educação, enquanto garantem recursos para os bilionários capitalistas, através do mecanismo da dívida pública.

BILIONÁRIOS QUEREM MAIS

As medidas do governo foram elogiadas por setores do mercado. Os banqueiros defendem e agradecem a Haddad, como noticiado, após reunião na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).



Almoco anual da FEBRABAN com a presença do próximo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo Foto Paulo Pinto Agência Brasil

Mas, tanto a grande imprensa quanto vários outros setores dos bilionários capitalistas exigem ainda mais ataques do governo. Por isso, o dólar foi parar em R\$6, mostrando que, apesar de toda dedicação do governo em agradar o “deus mercado”, este mostra a sua ingratidão, aumentando as críticas à gestão do PT.

Política econômica deve ser o único caso onde o velho ditado que nos lembra que “quando um não quer, dois não brigam” não seja aplicável. Parte do mercado está brigando com o governo, mas o governo não briga com o mercado. Pelo contrário, cada reclamação do mercado contra o governo, faz este ceder mais, sem brigas ou lamúrias.

Assim, Haddad demonstra toda a subserviência do governo ao mercado, já anunciando, para que os bilionários fiquem tranquilos, que novos cortes serão realizados se necessários e, também, já prometendo rever o piso constitucional da Saúde e da Educação.

O governo apresenta todos os ataques que têm sido aprovados como grandes conquistas de seu projeto. Isto faz cair por terra todo o discurso daqueles que dizem que o governo vem fazendo o possível, mas o Congresso Nacional e a “correlação de forças” não deixam eles fazerem mais.

Afinal, se é o próprio governo que constrói e apresenta as medidas de ataques e, ainda, comemora sua aprovação, isso quer dizer que foi seu projeto que passou, e não que seu projeto tenha sido supostamente deturpado pelo Congresso.

HIPOCRISIA DA EXTREMA DIREITA

Há uma oposição de direita no Congresso Nacional que quer piorar ainda mais o ataque do governo. Concordam com o sentido da proposta, que é fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras paguem a conta da crise fiscal. Mas, querem que o ataque seja ainda maior.

Este setor critica a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$5 mil e a taxaço de quem ganha mais de R\$50 mil. São pilantras, que escondem que quem realmente vive de be-nesses do Estado no Brasil são os bilionários e as grandes empresas, que têm toda sorte de benefícios e isenções fiscais.

Esta medida prometida pelo governo é insuficiente diante da brutal desigualdade social brasileira. Justamente por não atacar a raiz do problema, que é o papel dos bilionários capitalistas, das grandes empresas e multinacionais, que exploram os trabalhadores, levam as riquezas do país e pagam bem menos impostos que os trabalhadores e os pequenos proprietários.

O fato do mercado e parte da oposição de direita ao governo estarem reclamando e exigindo mais cortes não quer dizer que o pacote de ataques do governo seja positivo para os trabalhadores. Quer dizer apenas que, a partir de uma mesma estratégia de ataque contra os trabalhadores, os setores capitalistas divergem sobre a forma exata em como fazer isso nesse momento.

Enquanto isso, o governo tenta fazer propaganda dos índices econômicos que supostamente têm uma melhora, com o país crescendo e o desemprego diminuindo.

Mas o capitalismo é uma máquina de transferir a riqueza produzida pelos trabalhadores para os capitalistas. Assim, mesmo com crescimento econômico, hoje, o povo pobre e trabalhador não vê grandes melhorias no seu nível de vida. Vê salários arrochados e os preços subindo, com as coisas se complicando a cada fim de mês.

LUTAR COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

É preciso fazer um grande movimento de luta contra estes ataques do governo. Os trabalhadores devem enfrentar tanto os ataques do governo Lula quanto as propostas da oposição de direita, que pioram ainda mais as já péssimas medidas do governo.

Ninguém aguenta mais tanta exploração. Não é à toa que a pauta pelo fim da jornada 6x1, como uma forma de reduzir a jornada de trabalho, tenha ganhado tanto peso. Os capitalistas, em nome dos seus lucros, querem que os trabalhadores e trabalhadoras não tenham vida além do trabalho.

Diante do crescimento da mobilização, a patronal já está tentando silenciar as manifestações, como a rede Zaffari, que processou o PSTU para tentar impedir novas manifestações. A luta não recuará!

O governo não faz nada pela aprovação desta reivindicação no Congresso; mas dedica todas suas energias, na verdade, para aprovar ataques contra os trabalhadores. Ao mesmo tempo, tenta neutralizar e esterilizar as manifestações, para que se mantenham sob seu controle, de modo que não gerem insatisfações nos bilionários capitalistas ou não gestem um processo de mobilização muito grande no país, pois isto poderia levar a questionamentos sobre o que seu governo vem fazendo.

O PT considera que a tarefa dos ativistas deveria ser apoiar o seu governo, com a desculpa de “derrotar a ultradireita”, enquanto fazem parcerias com este mesmo setor. Este projeto do PT, de Frente Ampla com a direita e os bilionários capitalistas, tem levado o país a tragédias.

O atual governo do PT tem encontrado um cenário muito mais desafiador. E isto é assim porque o mundo não é o mesmo de 20 anos atrás. Nos dias de hoje, o capitalismo mundial é marcado por um crescimento da instabilidade, do desequilíbrio da ordem mundial. Há cada vez mais guerras e, com maior e crescente intensidade, mais crises, mais tragédias ambientais; mas, também, mais lutas e revoluções.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E SOCIALISTA

Não existe isso de apoiar o PT e a aliança com a burguesia até que a ultradireita saia de cena para, só a partir daí, podermos lutar pelo programa dos trabalhadores, pelo socialismo e pela revolução. É justamente o contrário.

A disjuntiva socialismo ou barbárie está cada vez mais presente na vida imediata das pessoas. A ultradireita veio pra ficar e combatê-la também significa enfrentar um governo encabeçado pelo PT, que faz alianças com a burguesia, faz parcerias com governadores da ultradireita e aprofunda os ataques contra os trabalhado-

res, beneficiando o capitalismo no Brasil, que é o solo de onde brota a própria ultradireita.

Por isso, aqui no Brasil, é necessário nos localizarmos na oposição de esquerda ao governo Lula e, também, contra a oposição de direita. Reafirmamos que é preciso fortalecer uma organização revolucionária e socialista no Brasil, que apresente uma alternativa dos trabalhadores diante da crise e da polarização atuais. ■



Deputados bolsonaristas comemoram subida do dólar no congresso

Atrocidades põem governos racistas na defensiva



DA REDAÇÃO

O ano de 2024 foi mais uma vez marcado pela violência policial sistemática contra a classe trabalhadora. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) comanda uma tropa abertamente assassina. No Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) insiste na fracassada política de operações policiais nas favelas. Na Bahia, governada por Jerônimo Rodrigues (PT), está a polícia que mais mata atualmente. Paraná, Pará, Ceará, Amapá... nenhum estado está fora desta lista macabra.

Uma velha e triste história que vitima famílias pretas, indígenas e pobres de maneira geral, Brasil afora. Contudo, as últimas semanas de dezembro trouxeram uma importante novidade: diferentemente de assumirem uma postura de pura e simples defesa das corporações, governadores se viram emparedados por casos escandalosos.

TRABALHADORES ARREMESSADOS PARA A MORTE, FUZILADOS PELAS COSTAS, EXECUTADOS...

Tarcísio e o Secretário de Segurança Guilherme Derrite mudaram parcialmente o discurso diante de uma conjunção de casos particularmente bizarros. As imagens do PM Luan Felipe Alves Pereira arremessando o entregador Marcelo Amaral de uma ponte, no dia 1º de dezembro, chocaram pessoas de todo o país. O agente tem três processos por envolvimento em supostos confrontos, incluindo um que resultou em morte, mas nunca tinha sido punido.

Quase ao mesmo tempo, foram publicizadas as filmagens da câmera do mercado Oxxo, mostrando o assassinato de Gabriel Renan da Silva Soares, sobrinho do rapper Eduardo Taddeo, ex-Facção Central. Um policial à paisana fez 11 disparos pelas costas, em “legítima defesa”, conforme consta no primeiro Boletim de Ocorrência do caso.

Na Bahia, imagens feitas com um celular mostram dois jovens negros sendo rendidos pelo PM Marlon Oliveira. Mesmo deitados no chão, eles levaram mais de 10 tiros. Gabriel Santos Costa, de apenas 19 anos, não resistiu. O policial também alegou legítima defesa.

Esses casos derrubam o tradicional discurso que blindava os assassinos de farda: se o agente matou foi em resposta à uma agressão, em um confronto. Essa narrativa é impossível nesses três casos, que, por isso mesmo, devem levar a uma importante constatação: a polícia mata porque seu papel fundamental é fazer o serviço sujo dos governantes, impondo o medo para fins de controle social.

As máscaras caíram. Isso levou Jerônimo do PT a fugir, correndo, de um repórter que perguntou sobre a Segurança Pública na Bahia e Tarcísio, em São Paulo, a afirmar que, repentinamente, “descobriu” as vantagens das câmeras corporais. ■

Dois estados símbolos do que a burguesia reserva para nós



DA REDAÇÃO

O estado nordestino, governado pelo PT, lidera o ranking de letalidade policial desde 2022. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, só no ano passado foram 1.702 mortes causadas por “intervenção policial”, sendo que 1.321 delas envolveram pessoas negras.

Já na São Paulo governada pelo bolsonarismo, o salto tem sido significativo desde o começo do atual governo. Em 2022, a polícia foi responsável por 421 mortes. Em 2023, foram 503 assassinatos. Os dados são do relatório “Letalidade Policial na Capital Paulista (2013-2023)”, do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que também já contabilizou 496 casos em 2024. E o ano ainda não acabou.

É com base nessa falta de diferenças relevantes entre “esquerda” e extrema-direita que podemos afirmar que a guerra racista, erroneamente chamada Segurança Pública, é uma política de Estado.

PT, PL, Republicanos e todos os grandes partidos são promotores desta mesma lógica em todas as instâncias de governo. Basta lembrar que a estrutura militarizada das polícias foi mantida por Lula, em 2023, ao assinar a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros. ■

“A BAHIA, GOVERNADA PELO PT, LIDERA O RANKING DE LETALIDADE POLICIAL DESDE 2022. FORAM 1.702 MORTES POR ‘INTERVENÇÃO POLICIAL’ NO ANO PASSADO. JÁ NA SÃO PAULO GOVERNADA PELO BOLSONARISMO, HOUE UM SALTO SIGNIFICATIVO DESDE O COMEÇO DO ATUAL GOVERNO, COM 503 MORTES PROVOCADAS PELA POLÍCIA EM 2023.”

FORA DERRITE!

Por uma Segurança Pública desmilitarizada, sob controle do povo trabalhador

Neste cenário de aprofundamento da violência do Estado e de certo constrangimento das autoridades, é fundamental que os movimentos sociais aproveitem as oportunidades para fazer frente ao genocídio.

Nesse sentido, a luta pela queda do secretário Derrite tem uma importância nacional. Primeiro, porque ele é um grande símbolo do aumento da violência policial. Segundo, porque representa um profundo processo de mudança no comando da PM de São Paulo, operado por Tarcísio, justamente para abrir caminho para a atual política assassina. Terceiro, porque os resultados escabrosos no estado são parte de um plano político de médio prazo para projetar o governador paulista nacionalmente.

Organizar a luta pelo “Fora Derrite!” pode levar a uma importante vitória, que imponha um freio temporário a tudo isso, nos permita tomar fôlego e, também, para que possamos acumular forças para avançarmos rumo a uma Segurança Pública desmilitarizada, sob controle do povo trabalhador.

BRASÍLIA

Audiência na Câmara dos Deputados debateu a violência policial em vários estados

**ZÉ MARIA, PRESIDENTE NACIONAL DO PSTU**

No último dia 11, reunimos famílias atingidas pela violência policial nos estados de São Paulo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe, em uma Audiência Pública convocada pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, em Brasília. A audiência foi presidida pelo deputado federal Glauber Braga, do PSOL.

A discussão na audiência se deu a partir dos relatos dos familiares, em sua maioria mães que perderam seus filhos, e de outros convidados, contando também com a participação de Maria Helena, representando o Movimento dos Policiais Antifascismo, do jurista Cezar Britto, de uma representante do Ministério da Justiça e eu próprio, representando o PSTU.

É PRECISO ATACAR O PROBLEMA PELA RAIZ

Constatou-se que, para além de exigir a responsabilização dos policiais que cometem crimes contra a população, é preciso atacar o problema pela raiz. Ou seja, é preciso combater o sistema de segurança pública militarizado que, ao invés de garantir a segurança da população, agride e, muitas vezes, assassina o povo trabalhador.

Foi consensual entre os participantes a necessidade de criar mecanismos de controle social das polícias e, também, cobrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) faça cumprir a Constituição Federal, coibindo os crimes cometidos por agentes do Estado que deveriam proteger a população, assim como responsabilizar os governantes que comandam as ações desses agentes.

DESMILITARIZAÇÃO

Também foi identificada necessidade da desmilitarização da Segurança Pública. A lógica militar dessas instituições se baseia na doutrina militar, que identifica um inimigo interno a ser combatido e esse inimigo acaba sendo o povo pobre e negro que vive nas periferias dos grandes centros urbanos.

“ NA DITADURA MILITAR, A VIOLÊNCIA POLICIAL ERA FEITA EM NOME DO COMBATE AO COMUNISMO. HOJE, É A ‘GUERRA ÀS DROGAS’. NA VERDADE, A GUERRA QUE OS GOVERNANTES LEVAM ADIANTE É UMA GUERRA CONTRA OS POBRES, CONTRA A JUVENTUDE NEGRA. ”

Essa lógica, além de ser usada para utilizar as instituições policiais para atacar os trabalhadores e o povo pobre, também sacrifica o próprio policial que, sem direito algum, é brutalizado e desumanizado dentro dos quartéis, até mesmo para que, depois, possa agir com a mesma brutalidade contra a população.

Na ditadura militar isso era feito em nome do “combate ao comunismo”. Hoje, é a “guerra às drogas”. Na verdade, a guerra que os governantes levam adiante é uma guerra contra os pobres, contra a juventude negra.

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POPULAR

Sabemos da limitação de qualquer proposta que vise reformar as instituições policiais. No capitalismo, elas sempre vão atuar na sociedade em defesa dos interesses dos donos do dinheiro, tratando de conter, pela força, as demandas da classe trabalhadora e dos setores mais pobres da população.

No entanto, isso não nos exime da luta que podemos e devemos travar, agora, para defender os direitos democráticos da população contra a violência policial.

Também foi consensual, entre os participantes, a necessidade de que a população se organize para enfrentar essa situação. Sem organização e mobilização popular nenhuma destas propostas sairá do papel. Nessa sociedade em que vivemos, a defesa do povo precisa ser feita por ele próprio.

Por último, os participantes da Audiência Pública defenderam a necessidade da imediata demissão do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, o capitão Derriete, por sua responsabilidade direta pelo recrudescimento da violência policial neste estado, no último período. ■



Audiência pública sobre segurança pública ouve relatos de familiares de vítimas da violência policial

INTERNACIONAL

Viva a Revolução Síria



FÁBIO BOSCO, DE SÃO PAULO (SP)

No dia 27 de novembro, uma aliança de milícias lideradas pelo Hayat Tahrir al-Sham (HTS) – leia mais, abaixo – partiu da província de Idlib em direção à cidade de Aleppo, no norte da Síria. Eram cerca de 20 mil combatentes, com armamentos leves e drones. Não tinham tanques, aviões, mísseis nem baterias antiaéreas.

Em 8 de dezembro, o ditador Bashar al-Assad e os principais oficiais do regime fugiram do país. As Forças Armadas se dissolveram, juntamente com os 18 temidos serviços de inteligência que praticavam detenções, torturas e execuções. A ditadura da família Assad caiu após 54 anos no poder. Como foi que isto aconteceu?

POBREZA E UMA DITADURA CRUEL

Por um lado, o regime Assad perdeu toda a sua base social devido à pobreza a qual estava submetida 90% da população e à violenta repressão estatal. Em 13 anos, mais de meio milhão de

sírios foram mortos, 13 milhões se tornaram refugiados e 200 mil desapareceram no cruel sistema prisional do país. Não havia qualquer perspectiva de melhoria. Seus dois principais aliados não compareceram para sua defesa: o regime russo, que está atolado na Ucrânia, e o Hezbollah, em situação semelhante, no Líbano.

COMEMORAÇÃO POPULAR

Por outro lado, a ampla maioria da população apoiou a revolução. No Norte, a cada cidade liberada, milhares de jovens se uniram às chamadas milícias rebeldes. No Sul, a população retomou a auto-organização dos primeiros anos da revolução e marchou em direção à capital, ocupando delegacias de polícia e postos militares, o que a população das cidades ao redor de Damasco também fizeram.

No caminho para a capital, 400 presídios foram abertos e milhares de presos políticos foram libertados. A libertação dos presos sinalizou o compromisso da Revolução Síria com as liberdades democráticas. Refugiados sírios, no Líbano e na Turquia, começaram a voltar para seu país.

Houve comemoração em todas as cidades da Síria, nas comunidades de refugiados sírios em vários países, no Líbano e até mesmo os palestinos na Faixa de Gaza comemoraram, sob os bombardeios genocidas do Estado de Israel. O Hamas, principal organização da resistência palestina, saudou a revolução na Síria.

O líder do HTS, Abu Mohammad al-Joulani (cujo nome real é Ahmed Sharaa), indicou um membro da sua organização, Mohammad al-Bashir, para assumir o comando de um Governo de Transição, encarregado da reconstrução do país, da elaboração de uma nova Constituição, sem participação popular, e de convocar eleições livres em 18 meses. ■

RISCOS IMPERIALISTAS

O futuro deve pertencer ao povo sírio



FÁBIO BOSCO, DE SÃO PAULO (SP)

O novo Governo de Transição revelou seus planos. Ele quer que a Síria seja uma economia de mercado capitalista, inserida no mercado mundial. E deseja construir alianças com os países imperialistas e as potências regionais, como as monarquias reacionárias do Golfo Árabe, para atrair capitais internacionais para o país. Tudo isso em paz, sem guerras ou novas revoluções.

Em 8 de dezembro, o ditador Bashar al-Assad e os principais oficiais do regime fugiram do país. As Forças Armadas se dissolveram, juntamente com os 18 temidos serviços de inteligência que praticavam detenções, torturas e execuções. A ditadura da família Assad caiu após 54 anos no poder. Como foi que isto aconteceu?

Essas propostas não passam de ilusões. Uma economia de mercado capitalista não acabará com a pobreza. Apenas beneficiará um punhado de milionários e empresas multinacionais que tomarão as riquezas da Síria.

IMPERIALISMO QUER DIVIDIR A SÍRIA

Alianças com os países imperialistas (Estados Unidos, União Europeia, China, Rússia e Japão) e os acordos com as monarquias do Golfo, a Turquia e Israel não trarão paz nem garantirão as liberdades democráticas já conquistadas. Esses países temem a revolução de-



**Manifestação em SP em frente
ao consulado da Síria**

mocrática síria e farão de tudo para dividir o país, tomar suas riquezas, interferir na sua política e apoiar futuras ditaduras.

A invasão israelense nas Colinas de Golã e o bombardeio de 500 alvos militares e de inteligência sírios já demonstram que o Estado sionista quer uma Síria fraca, dividida e ocupada. A ofensiva militar turca, através do autodenominado “Exército Nacional”, contra as milícias curdas no Norte da Síria, demonstra que a Turquia quer impedir qualquer tipo de autonomia dos curdos, passando por cima do direito do povo sírio decidir o futuro do seu país.

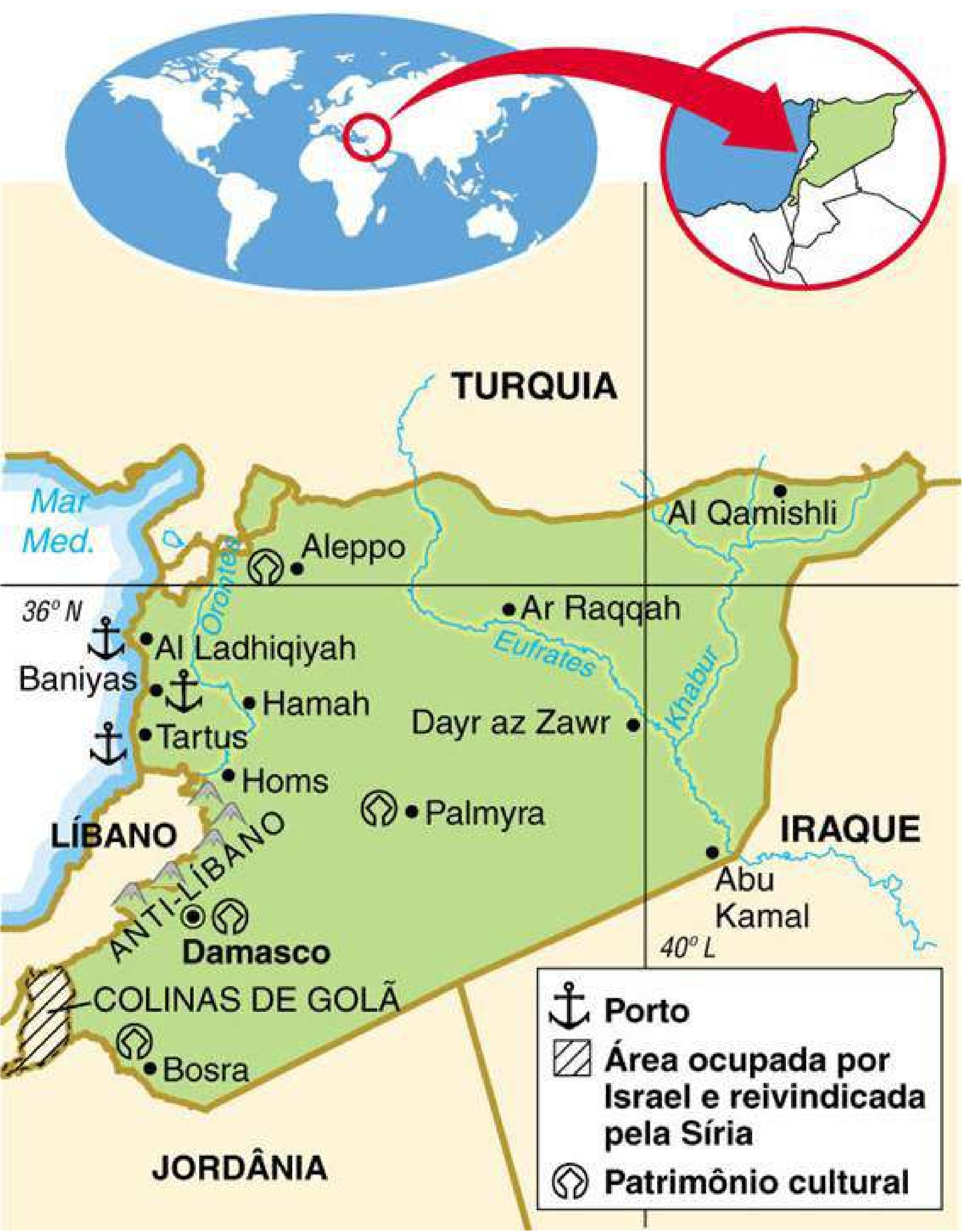
APROFUNDAR A REVOLUÇÃO. POR UMA PALESTINA LIVRE!

A única aliança que interessa à Revolução Síria é a aliança com a classe trabalhadora e a juventude dos países árabes, para derubar as ditaduras árabes em uma nova onda de revoluções sociais. Essa aliança começa pelo apoio incondicional à resistência palestina. Uma vitória na Palestina representará a garantia de liberdade e de melhoria de vida para a classe trabalhadora síria.

Caberá à classe trabalhadora e à juventude sírias aproveitar as liberdades democráticas para construir sindicatos livres, asso-

ciações estudantis, coletivos pelos direitos das mulheres, movimentos pela reforma agrária, grupos de direitos humanos, grupos de autodefesa popular, dentre outros.

Essas organizações, centralizadas em conselhos populares locais, unidos em nível nacional, poderão disputar o futuro da Revolução Síria, rumo a uma Síria socialista, como parte de uma Federação de Países Árabes Socialistas. ■



Mapa da Síria

DINASTIA ASSAD INIMIGA DA PALESTINA

A derrubada da ditadura fortalece a resistência palestina?



Manifestação em Aleppo defendendo a Palestina



FÁBIO BOSCO, DE SÃO PAULO (SP)

Muitas organizações de esquerda acreditam que a queda da ditadura Assad representa um retrocesso para a resistência palestina. Leda ilusão. A dinastia Assad sempre foi inimiga dos palestinos, de sua organização, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), e de seu líder Yasser Arafat.

O golpe militar que levou Hafez al-Assad, pai de Bashar, ao poder, em 1970, foi realizado para impedir que armas chegassem da Síria até os palestinos, que lutavam contra a monarquia jordaniana. Em 1976, as tropas sírias invadiram o Líbano para impedir a vitória da Revolução Libanesa e da OLP, contra a extrema direita maronita (em referência a um

grupo cristão, baseado fundamentalmente no Oriente Médio e vinculado à Igreja Maronita).

Assad também apoiou o massacre de palestinos no campo de refugiados de Tel al-Zaatar, em 1976, e, depois, apoiou a chamada “Guerra dos Campos” (1985-1988), uma agressão militar da milícia Amal, aliada de Assad, contra os campos de refugiados palestinos no Líbano.

BOMBAS E FOME

Bashar el-Assad também tem um histórico de atrocidades contra os palestinos. No início da Revolução Síria de 2011, Bashar sitiou e impediu o ingresso de alimentos no campo de refugiados de Al-Yarmouk, o maior campo fora da Palestina Ocupada. Os palestinos tiveram que comer grama para sobreviver. Depois, Bashar bombardeou o campo e expulsou os palestinos.

Bashar obrigou Khaled Meshaal e os líderes do Hamas, cujo escritório internacional ficava em Damasco, a sair da Síria, em 2012, porque o Hamas se recusava a apoiar os massacres de sírios pela ditadura.

DITADORES NUNCA ENFRENTARAM ISRAEL

Os Assad, pai e filho, submeteram a população palestina a um regime de repressão, através de milícias especiais para vigiar e controlar os palestinos (uma delas é o Comando Geral de Ahmad Jibril) e de um centro de detenção e tortura, chamado “Ramo Palestino”. Quando a Revolução Síria abriu as portas do presídio de Sednaya, cerca de 630 palestinos foram libertados, incluindo 67 membros do Hamas e de um líder de seu braço armado, chamado Abu Judat al-Jaloudi.

Assad garantiu a segurança do Estado de Israel nas Colinas de Golã. Por 50 anos, o exército sírio impediu que qualquer grupo ou indivíduo desse sequer um tiro contra os israelenses, apesar destes ocuparem território sírio.

**DECLARAÇÃO
INACEITÁVEL**

Infelizmente, o líder do HTS, Al-Joulani (Ahmad Sharaa) declarou que defende o acordo de cessar-fogo com Israel nas Colinas de Golã, firmado pelo ditador Assad, em 1974. Ele disse, ainda, que não permitirá que a Síria seja uma plataforma de agressão contra Israel.



Assad o protegido de Putin

Esta declaração de Al-Joulani é inaceitável. A Revolução Síria só se completa com a libertação da Palestina. Enquanto existir o Estado de Israel, não haverá paz para a Síria. A obrigação de Al-Joulani é dar apoio incondicional à resistência palestina, exigir a saída das tropas israelenses da Síria e do Líbano, exigir o fim do genocídio em Gaza e na Cisjordânia e defender uma Palestina livre, do rio ao mar. Este é o posicionamento que toda classe trabalhadora e a juventude dos países árabes esperam da Síria pós-Assad. ■



Aleppo, uma cidade destruída pela diradura Assad e pelos bombardeios russos

SAIBA MAIS

Quem é o HTS

O Hayat Tahrir al-Sham é uma versão repaginada da Frente al-Nusra, formada em 2012 e filiada à Al-Qaeda. A partir de sua formação, a Frente al-Nusra cumpriu um papel negativo na Revolução Síria. Seu objetivo era transformar a revolução democrática do povo sírio em uma guerra sectária entre grupos religiosos. Para isso, recebia recursos principalmente de monarquias do Golfo. Ela é acusada de reprimir os ativistas da Revolução Síria e, inclusive, do assassinato, em 2018, do conhecido radialista Raed Fares.

Em 2016, a Frente al-Nusra, agora repaginada como HTS, rompeu com a Al-Qaeda e, desde então, tem brigado pela hegemonia dentro de Idlib, a última província “rebelde” (fora do controle do regime sírio). Seu foco foi governar Idlib, cobrando impostos sobre a agricultura e comércio, facilitar o ingresso de ajuda humanitária e organizar serviços públicos básicos.

Em Idlib, seu governo nunca foi eleito e há muitas denúncias de arbitrariedades, sem nunca chegar ao nível da ditadura Assad ou da ditadura do Daesh (Estado Islâmico). Ao mesmo tempo, o HTS criou uma Academia Militar, onde maioria dos jovens combatentes que iniciaram a ofensiva sobre Aleppo, em 27 de novembro, se formou.

Em 2024, à frente do Governo de Transição, o HTS busca uma reconstrução capitalista do país, com apoio dos imperialismos e das potências regionais. Não há garantia em relação às liberdades democráticas. Neste momento, o HTS não tem força para cercear tais liberdades, mas está reconstruindo as Forças Armadas sírias, o que pode lhe possibilitar tomar medidas repressivas.



O Partido Comunista e a ditadura Assad



Partido Comunista da Síria defendia ditadura Assad



FÁBIO BOSCO, DE SÃO PAULO (SP)

O Partido Comunista Sírio foi fundado em 24 de outubro de 1924 e atuava no território que hoje corresponde à Síria e ao Líbano. Seu primeiro dirigente foi um operário da indústria do tabaco, Fuad ash-Shimali, que se manteve à frente do partido até 1932. Nesse período, o PC apoiou o importante levante em Jabal Druze, no Sul do país.

Em 1937, foi eleito seu dirigente histórico, Khalid Bakdash, de origem curda e filho de um oficial do Império Otomano (um dos maiores e mais duradouros impérios da História, entre o final dos anos 1.200 e a década de 1920, abrangendo partes do Oriente Médio, da Ásia, do Sudeste da Europa e do Norte da África). Para Fuad ash-Shimali, a eleição de Bakdash colocou o partido nas mãos dos “intelectuais”. Bakdash esta-

va à frente do partido em dois momentos chave, nos quais o Partido Comunista cometeu erros históricos.

AS MUITAS TRAIÇÕES DO STALINISMO NO ORIENTE MÉDIO

O primeiro foi o apoio à Partilha da Palestina, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, abrindo o caminho para a Nakba (a “catástrofe” palestina). Esse apoio levou à perda de milhares de militantes. Segundo relatos de dois dirigentes comunistas, um partido que contava com 20 mil militantes no Líbano e 15 mil militantes na Síria ficou reduzido a centenas.

Boa parte desses militantes migrou para um partido camponês chamado Partido Socialista Árabe, liderado por Akram Hourani, um grande defensor dos direitos dos camponeses pobres e da unidade dos povos árabes, que comandou um grupo de 800 sírios “fedayin” (termo árabe cuja tradução livre seria algo como “mártir”, mas que, no decorrer da História, foi interpretado como “guerreiros da liberdade”), que foram para a Palestina lutar contra os sionistas, em 1948.

É sempre bom lembrar que o Partido Comunista Palestino apoiou a Nakba, vários de seus membros integraram as milícias sionistas da Haganah (principal organização paramilitar sionista, entre os anos 1920 e 1950, que se tornou o núcleo das Forças de Defesa de Israel, ou FDI) e ainda tiveram um ministro no primeiro gabinete israelense.

Uma traição histórica da qual ele nunca se recuperou. Pior ainda, até hoje o PC israelense e o Partido do Povo defendem a política de dois Estados na Palestina, conferindo aos criminosos sionistas o benefício do roubo das terras palestinas.

O segundo erro histórico foi a integração do PC Sírio na Frente Nacional Progressista, liderada pelo ditador sírio Hafez el Assad, em 1972. De lá para cá, o Partido Comunista Sírio participou de todos os governos da ditadura Assad, exceto no intervalo entre 1981 e 1986.

A NECESSIDADE DE UM PARTIDO OPERÁRIO, SOCIALISTA E INTERNACIONALISTA

Integrar o ministério de uma ditadura sanguinária durante cinco décadas já deveria ser motivo de reflexão. Mas, o pior ainda estava por vir. Em 2011, a classe trabalhadora e o cam-pesinato iniciaram um levante contra a ditadura Assad.

A posição dos partidos comunistas (nesse momento dividido em três: “Unificado”, Bakdash e Kadri Jamil) foi apoiar a di-tadura e participar do massacre de mais de meio milhão de sírios, através da formação de uma milícia “comunista” ar-mada pela ditadura, uma repetição da atuação do PC pales-tino durante a Nakba.

Essa posição novamente levou à perda de muitos militantes e ao seu total desprestígio junto à população.

Apesar da obviedade dessas traições, os partidos comunistas sírio e palestino nunca fizeram qualquer autocrítica.

A Revolução Síria necessita de um novo partido, operário, socialista e internacionalista, para organizar a oposição de esquerda ao novo Governo de Transição, para aproveitar as liberdades democráticas conquistadas e impulsionar as lutas operárias e populares e a formação de conselhos populares, rumo ao poder dos trabalhadores e trabalhadoras. E, para assim, construir a solidariedade efetiva com a Palestina. ■

PARA ENTENDER MAIS



“A guerra civil no Líbano (1975-1990)”, de Fawwaz Traboulsi



“País em chamas: sírios na revolução e na guerra”, de Leila al-Shami e Robin Yassin-Kassab

EDITORA
sundermann

Adquira os livros no site da Editora Sundermann
www.editorasundermann.com.br

NAS COSTAS DO POVO

Governo Lula corre contra o tempo para aprovar pacotão de ataques

Acordo com Lira e STF libera R\$ 7,6 bilhões em emendas para destravar votação de pacote



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, um convalescente presidente Lula se reunia com o ministro Fernando Haddad para discutir o chamado “pacote fiscal” que o governo tenta aprovar no apagar das luzes de 2024. O apelo de Lula foi para que o Congresso Nacional não “desidratasse” o pacote.

ATAQUES E RETROCESSOS

O pacote é, na verdade, uma série de ataques e retrocessos aos salários e direitos, tendo como carro-chefe a redução da política de valorização do já minguado salário mínimo. Além disso, o presente de Natal do governo aos banqueiros contém o endu-

recimento das regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que prevê um salário mínimo a idosos carentes e “pessoas com deficiência” (PcDs), além de restringir o acesso ao abono salarial.

Trata-se de um duro ajuste, jogado nas costas da classe trabalhadora e dos setores mais empobrecidos, para garantir o Arcabouço Fiscal (um teto de gastos que o governo Lula aprovou para substituir o teto de Temer). É atacar velhinhos pobres e PcDs, que já sobrevivem no limiar da marginalidade, relegando-os à uma situação de fome. O objetivo é um só: economizar com salários e aposentadorias para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros.

Quem diz isso não é o PSTU, mas os próprios números. O governo Lula espera economizar R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos e um valor que pode chegar a R\$ 300 bilhões, até 2030. Desses, R\$ 110 bi, mais de um 1/3, só de aposentadorias e pensões.

COMPRA DE VOTOS

O governo tem pressa. Para aprovar o pacote, está correndo para liberar R\$ 7,6 bilhões em emendas parlamentares, só no mês de dezembro. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ameaça travar os projetos do governo, inclusive a Reforma Tributária, que mantém os impostos regressivos e joga a carga tributária nas costas do povo e da classe média.

O entrevero causado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flavio Dino, o governo e o Congresso, em torno das chamadas “emendas secretas” ou “emendas pix”, entornaram o caldo das negociações. Mas, o governo Lula se mostra mais do que disposto a pagar o que for necessário para aprovar esse pacote até o término do ano, para que as medidas passem a valer já em 2025. ■

ENTENDA

Pacote de ataques do governo Lula confisca salários e aposentadorias



Camara dos Deputados aprova regulamentacao da reforma tributária



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

Salário mínimo - O pacote impõe um teto à atual fórmula de reajuste do salário mínimo (crescimento do PIB de dois anos anteriores + inflação). Pela proposta do governo Lula, o aumento real não pode exceder 2,5%.

Estima-se que, caso seja aprovado, isso tiraria R\$ 9 por mês do salário mínimo em 2025. Isso inclui os trabalhadores que recebem o salário mínimo (quase 60 milhões, segundo o Dieese) e os 26,2 milhões de aposentados e pensionistas que também recebem o piso.

Além desse confisco nos salários e aposentadorias, o rebaixamento do salário mínimo vai causar um efeito cascata, pressionando todos os salários para baixo.

COMPARAÇÃO DA PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO CONSIDERANDO O REAJUSTE NA INFLAÇÃO, NA REGRA ATUAL (PIB) E NA NOVA REGRA (ARCABOUÇO FISCAL)



Ataque ao BPC - O pacote endurece as regras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada. Hoje, idosos com 65 anos ou mais, em situação de vulnerabilidade (com renda familiar de até 1/4 do salário mínimo), e pessoas com deficiência têm direito ao benefício.

Além de dificultar a concessão do benefício através de medidas burocráticas, o governo quer que as rendas de familiares (como irmãos, filhos, enteados etc.) contem como parte da renda do idoso. Até mesmo cônjuges que não morem sob o mesmo teto vão entrar nessa contabilidade.

Abono salarial - O abono do PIS/PASEP é pago a quem recebe até dois salários mínimos e equivale a um salário mínimo anual, funcionando como uma espécie de 14º salário.

O governo quer fixar um teto, para quem tem direito ao benefício, em R\$ 2.640, congelando esse valor nos próximos anos (ou seja, desvinculando do salário mínimo e só dando o valor relativo à inflação), até chegar a um teto de 1,5 salário mínimo. ■

UM MILEI BRASILEIRO

Mercado e o Congresso querem mais sangue



Ataque especulativo como chantagem para mais ataques



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

A pesar de representar um duro ataque contra os trabalhadores, em prol dos capitalistas e do mercado, o anúncio do pacote foi mal recebido por esse mesmo mercado: os banqueiros, grandes fundos de investimentos estrangeiros e megaespeculadores. No dia 16, o dólar bateu o recorde e chegou a R\$ 6,15. A justificativa foi o anúncio da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e uma suposta falta de “consistência” nas medidas.

OS SANGUESSUGAS INSACIÁVEIS

Sobre a isenção do imposto, é preciso dizer que isto foi um artifício utilizado pelo governo para dourar a pílula do pacote, que não consta nas medidas enviadas ao Congresso (leia mais abaixo). Por enquanto, é só uma promessa para 2026, enquanto que os ataques valeriam já a partir do ano que vem.

Mas a segunda justificativa, sim, é real. A Faria Lima (avenida em São Paulo, símbolo do capital financeiro) e o mercado, ancorados pela imprensa, querem mais sangue. Fazem um ataque especulativo com o dólar, a fim de forçar medidas ainda mais duras contra os trabalhadores.

Exemplo disto foi o fato de um editorial do jornal “O Globo”, no dia 2 de dezembro, ter enaltecido o presidente de extrema-direita da Argentina, Javier Milei, afirmando que sua política de ajuste e cortes, que jogou mais da metade dos argentinos abaixo da linha de pobreza, “faz falta no Brasil”.

Expressando esse setor sedento por sangue, um grupo de parlamentares, incluindo o deputado Kim Kataguiri (União-SP), ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), ter apresentado um “pacote alternativo”, que prevê o congelamento do salário mínimo e a completa desvinculação do mínimo e todos os benefícios, da aposentadoria ao BPC e o abono salarial.

A proposta deste setor também revoga os pisos constitucionais da Saúde e da Educação. Ao todo, seria uma “economia” de R\$ 1,5 trilhão por ano, cifra que daria orgulho ao próprio Milei. Outros setores bolsonaristas também se alinham com essa perspectiva do mercado e exigem ainda mais ataques.

CONTENTES COM HADDAD

A realidade é que as escaramuças entre o governo, o mercado e o Congresso Nacional, para além de cada parlamentar garantir o seu com as “emendas pix”, não têm a ver com o sentido do pacote. O fato da direita e da ultradireita reclamarem que o pacote é insuficiente, e a blindagem praticamente unânime dos bancos em torno a Haddad, mostram que não há divergências entre eles sobre a manutenção dos interesses dos bilionários capitalistas. Todos estão juntos para atacar os trabalhadores, garantir o Arcabouço Fiscal e os interesses do mercado.

Isso é tão verdade que, uma vez aprovado o pacote, a equipe econômica do governo já afirmou que o próximo “desafio” seria justamente lidar com os pisos da Saúde e da Educação, hoje fixados em 15% e 18%, respectivamente. Esses pisos inviabilizam o Arcabouço Fiscal, que impõe um teto de 2,5% nos gastos totais do governo.

ARMADILHA DO “MENOS PIOR”

É preciso, portanto, denunciar e lutar contra o pacote do governo Lula, assim como o pacote alternativo da direita e da ultradireita, que querem piorá-lo ainda mais. Sob o risco de cairmos na armadilha do “menos pior”, uma vez que o projeto comece a tramitar, para empurrar goela abaixo esse conjunto de medidas para a população. ■



Foto Lula Marques/ Agência Brasil

Câmara aprova em 1º turno texto-base da PEC do pacote de ajuste fiscal.

R\$ 50 BILHÕES

Aumento dos juros joga por terra a farsa da busca do equilíbrio fiscal

Elevação de um ponto na taxa de juros já consome toda a economia do pacote de ataques



Novo presidente do BC, indicado por Lula, Galípolo votou pelo aumento dos juros

 **DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO**

A última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) selou o mandato de Campos Neto, reafirmando a completa subserviência da instituição ao mercado financeiro..

O BC elevou a taxa de juros a 12,25%, colocando o Brasil no segundo lugar do pódio dos países que mais remuneram banqueiros via dívida pública, atrás somente da Turquia. O aumento de um ponto foi aprovado por unanimidade; ou seja, pelos membros indicados pelo governo Lula, incluindo o futuro presidente da instituição, Gabriel Galípolo. A medida foi tão drástica que até a comentarista neoliberal Miriam Leitão chamou de “exagerada”.

Lula passou dois anos atacando o atual presidente do BC. E Campos Neto, de fato, é um neoliberal safado bolsonarista. O problema é que a política econômica do governo Lula, de fundo, não difere tanto de seu antagonista.

CONFISCAR A RENDA DO POVO PARA OFERECER UM BANQUETE AOS BANQUEIROS

O Banco Central não só aumentou a taxa de juros, como indicou a tendência de novas altas nos próximos meses. Esse aumento de um ponto equivale a um aumento de R\$ 50 bilhões da dívida pública em um ano.

Ou seja, caso seja mantida (sendo que o mais provável é que aumente ainda mais, ano que vem), vai representar um aumento de mais de R\$ 100 bilhões. Vai comer toda a “economia” do pacote de ajuste fiscal em cima dos salários, aposentadorias e benefícios sociais, e aumentar ainda mais a dívida.

Isso mostra não só que a briga com o bolsonarista Campos Neto não era para valer, como também expõe a farsa do próprio ajuste fiscal. Não se trata de falta de dinheiro, ou que o governo está gastando muito; mas, sim, de confiscar salários e aposentadorias para remunerar os grandes rentistas (os que vivem de rendimentos financeiros, investimentos, ações etc.). ■



Gabriel Galípolo ao lado de Roberto Campos Neto

Foto: Jose Cruz/Agência Brasil

PROMESSA PARA 2026

Pacote do governo anula promessa de isenção no Imposto de Renda



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

O anúncio do pacote realizado por Haddad em cadeia nacional de rádio e televisão veio com uma medida para esconder o real sentido do conjunto de ataques. Haddad prometeu concretizar uma promessa de campanha e isentar do Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil. Isso zeraria a defasagem da correção da tabela dos últimos anos. Para compensar essa isenção, o governo prometeu taxar quem ganha R\$ 600 mil por ano, ou mais de R\$ 50 mil por mês. o..

SEM MEXER COM OS BILIONÁRIOS

A medida beneficiaria 32% dos trabalhadores, que recebem entre dois salários mínimos e R\$ 5 mil. O problema é que, com a inflação e o rebaixamento da valorização do salário mínimo, cada vez menos trabalhadores e trabalhadoras se

encaixarão nessa faixa e ficarão isentos. Ou seja, quem for se beneficiar da medida, lembrando que, por enquanto, ela só existe como uma promessa para 2026, vai acabar sendo novamente taxado ali na frente.

Outra coisa é que não mexe nos verdadeiros bilionários desse país. Os dividendos remetidos para fora continuarão intocados, ainda que os 1% de ricos sejam taxados. Os verdadeiros donos do dinheiro grosso, os que comandam a economia, os 0,001%, vão continuar sem pagar nada.

“NA VOLTA A GENTE COMPRA”

Mesmo assim, porém, seria uma medida progressiva, ainda que insuficiente. O problema é o que Haddad não disse na TV: que essa medida não consta no pacote de ataques enviado ao Congresso Nacional. Trata-se de uma promessa para 2026, sendo que os ataques contra os aposentados e os trabalhadores já valeriam a partir de 2025. É o velho “na volta a gente compra”. Uma cortina de fumaça para empurrar um conjunto de ataques brutais contra os mais pobres. ■



Lutar contra o pacote de cortes e o Arcabouço Fiscal

**DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO**

O governo e os setores governistas estão espalhando a “fake news” que o pacote é bom para os trabalhadores e combate privilégios. É necessário combater essa campanha de desinformação tão típica da ultradireita. A realidade é que é um duro ataque ao conjunto da classe trabalhadora e da população mais vulnerável, a fim de manter os lucros dos bilionários, grandes rentistas e especuladores internacionais.



É preciso mobilizar e combater, com independência de classe, para pôr abaixo esse pacote e o Arcabouço Fiscal que, se mantidos, vão significar ainda mais ataques ali na frente. É necessário, ainda, combater essa política econômica levada a cabo pelo governo, que agora tem o Banco Central nas mãos, mas continua com os juro na estratosfera para continuar enriquecendo banqueiros.

Uma política econômica que, para o governo e seus defensores, vem produzindo crescimento do PIB e redução do desemprego, enquanto que, na vida real, os preços dos supermercados só sobem e a precarização e superexploração se aprofundam cada vez. ■

20 DE DEZEMBRO

Mobilizações pelo fim da escala 6X1 denunciam o Natal que a TV não mostra!



Ato em Belém contra a escala 6x1



RENATA FRANÇA, DE SÃO PAULO

Atrás dos balcões até às 22 horas da véspera de Natal, nas fábricas que funcionam 24 horas por dia ou no transporte público, tentando chegar a tempo para ceia com a família: este é o Natal dos trabalhadores e trabalhadoras em escala 6X1 que a TV não mostra.

Nos últimos anos, os postos de trabalho que mais cresceram no país foram em empregos precários, que pagam entre um e dois salários mínimos, na sua maioria em escala 6 por 1. Ao mesmo tempo, a indústria brasileira foi degradada pelas privatizações e por políticas de incentivo ao agro e à exportação de commodities.

Com a Reforma Trabalhista de Temer, a Lei das Terceirizações, da Dilma, e os ataques de Bolsonaro, que se aproveitou da pandemia para passar a boiada, o país se tornou mais submisso aos países ricos, enquanto a classe trabalhadora está mais empobrecida e precarizada.

LUTAR E TOMAR AS RUAS PARA BARRAR AS JORNADAS ABUSIVAS

Segundo levantamento do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), dois terços da população economicamente ativa está fora do mercado formal de trabalho. Ou seja, trabalhando parcialmente, ora em empregos temporários com escalas abusivas, ora desempregados ou na “informalidade”.

Não é à toa que a luta pelo fim da escala 6 por 1 ganhou tamanho apoio dos “de baixo”. É contra esse Brasil da superexploração e da desigualdade, em contradição com os lucros exorbitantes de um punhado de empresários bilionários, que os trabalhadores e trabalhadoras têm se revoltado.

Por isso, no dia 20, dando continuidade aos atos do último dia 15 de novembro, a exemplo da greve dos operários da Pepsi-



Co (São Paulo), dos protestos contra as escalas abusivas nas redes de supermercados Zaffari (Rio Grande do Sul) e Grupo Mateus (Maranhão), realizaremos mobilizações nas ruas, nas aglomerações comerciais, nas portas de fábricas, no telemarketing e nas garagens de ônibus. ■

ZAFFARI NÃO É UM CASO ISOLADO

Reforma Trabalhista legalizou a superexploração



Ato contra a Jornada 6x1 em Rio de Janeiro (RJ)



RENATA FRANÇA, DE SÃO PAULO

O caso da rede de supermercados Zaffari, denunciada por aplicar a escala 10 x 1, não é uma exceção (leia na contracapa). A Reforma Trabalhista permite que o acordo prevaleça acima da lei, possibilitando que sejam “negociadas” escalas piores do que a prevista na já rebaixada CLT.

Para impor seu projeto, as empresas se aproveitam de sindicatos pelegos, como o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (Sindec-POA), filiado à Força Sindical, que assinou um acordo coletivo permitindo essa escala desumana no Zaffari.



Essa é a mesma proposta feita pelo Ministro do Trabalho Luís Marinho, que, assim como Lula, tira o corpo fora e defende que as empresas e trabalhadores sejam livres para negociar as jornadas. Grande enganação!

O Zaffari, por exemplo, não só vetou qualquer negociação, como também quis impor, pela coerção, através de uma liminar na Justiça, a proibição de protestos nas suas unidades, como o PSTU e outras organizações têm realizado.

NENHUMA CONFIANÇA NO CONGRESSO! INDEPENDÊNCIA DE QUALQUER GOVERNO!

Nos bastidores do Congresso, já há a articulação de uma série de emendas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre o tema, como a que propõe uma jornada “flexível”, defendida por Pablo Marçal (PRTB), ex-candidato à prefeitura de São Paulo.

Nesse modelo, cada um trabalharia a quantia de horas que quisesse. Ou melhor, que o patrão quisesse, recebendo por hora, o

que permitiria às empresas pagar menos que o salário mínimo.

Mas não é só a ultradireita, descaradamente antitrabalhador, que está criando armadilhas. O governo de Frente Ampla de Lula criou uma nova modalidade de trabalho autônomo, com o Projeto de Lei (PL) dos aplicativos, que legaliza uma jornada de até 12 horas.

Além disso, o governo federal também acabou de anunciar um pacote que passa o pente fino nos direitos dos mais pobres, restringindo o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), ao auxílio doença, à Bolsa Família, dentre outros; enquanto faz vistas grossas para empresas que aplicam jornadas abusivas e ilegais.

Por isso, devemos combinar a luta pelo fim da escala 6 x 1 com a redução da jornada, sem redução de salários e sem corte de direitos. Também devemos exigir um plano dos trabalhadores, com a universalização dos direitos trabalhistas, da aposentadoria e da assistência social, uma política real de aumento do salário mínimo e a proteção aos pequenos comerciantes. Coisas que só serão possíveis caso Lula revogue a Reforma Trabalhista e o Arcabouço Fiscal. ■



BOTA NA CONTA DO PATRÃO

Que os capitalistas paguem a conta da redução da jornada de trabalho

**RENATA FRANÇA, DE SÃO PAULO**

Os avanços tecnológicos, a robótica e os processos industriais possibilitaram um salto na produtividade em todo o mundo, criando condições para que trabalhemos muito menos. No entanto, a jornada de trabalho só aumenta e o ritmo de trabalho se intensifica.

Por que uns trabalham em escala abusivas, sem tempo para estudo, lazer, cultura, e outros amargam o desemprego?

Nada disso tem a ver com a preocupação dos capitalistas com a economia. Afinal, com a redução de 30% da jornada de trabalho no país, por exemplo, seria necessário contratar grande parte dos dois terços que estão fora do mercado formal de trabalho. Assim, o país arrecadaria muito mais

com impostos, aumentaria o consumo e teríamos um salto no Produto Interno Bruto (PIB).

Contudo, essa é a essência irracional do capitalismo, um sistema em que a tecnologia avança e aumenta a produtividade, sem que isso gere qualquer melhoria de vida para a humanidade. Pelo contrário. Tudo isto ocorre à custa da elevação do grau de exploração, da quebra dos pequenos comerciantes e da degradação do ser humano e da natureza.

Por isso, uma necessidade tão imediata, a “vida além do trabalho”, só pode ser conquistada pela classe trabalhadora organizada e mobilizada nas ruas, sem se submeter ao calendário do Congresso Nacional e sem passar o pano para Frente Ampla no governo. ■



SEM ANISTIA!

Prisão de Braga Netto escancara golpismo nas Forças Armadas e incapacidade do governo em combatê-lo

É preciso investigar e prender todos os golpistas e seus financiadores, e pôr fim ao Artigo 142



Braga Netto sendo preso



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

O sábado do dia 14 de dezembro amanheceu em polvorosa. Pela primeira vez, pelo menos após a última ditadura militar, um general de 4 estrelas era preso. Uma ação tardia, visto que as 884 páginas do inquérito sobre a tentativa de golpe já apresentavam fartos indícios do protagonismo de Braga Netto na ação golpista, mas que, mesmo assim, representa um grave revés a Bolsonaro.



Braga Netto foi chefe do Estado Maior das Forças Armadas e, no governo Bolsonaro, comandou o Ministério da Defesa e a Casa Civil. Na campanha, assumiu a vice de Bolsonaro e, pelas investigações da Polícia Federal, comporia uma eventual junta militar que assumiria o poder após o golpe.

A Polícia Federal emitiu o mandado de prisão preventiva após constatar que o general reformado colhia informes da delação do tenente-coronel e ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, a fim de alinhar narrativas no processo sobre o golpe. Ou seja, obstruía as investigações.

DINHEIRO EM SACOLA DE VINHO

Diante de novas informações e detalhes sobre a tentativa de golpe que incluía a tentativa de assassinato do presidente eleito, Lula, seu vice,

Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, Mauro Cid se viu em maus lençóis e teve seu acordo por um fio. Chamado novamente para se explicar, o passarinho cantou e Moraes resolveu manter a delação.

E as novas denúncias dão conta de que Braga Netto não só foi um dos artífices da tentativa de golpe, como ele mesmo botou



a mão na massa. Ele teria entregue uma sacola de dinheiro em espécie para a chamada operação “Punhal Verde e Amarelo”, que sequestraria o ministro do Supremo e assassinaria a chapa eleita.

Ainda segundo a delação, Braga Netto teria dito que o dinheiro havia sido obtido junto “ao pessoal do agronegócio”. Provavelmente, o mesmo “pessoal” que financiou os acampamentos golpistas e o 8 de janeiro.

A expectativa agora é se o general também vai delatar ou não. O entorno do bolsonarismo duvidava que Mauro Cid, um “kid preto”, ou seja, um agente especial das Forças Armadas, delataria. Uma vez preso, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro se mostrou tão covarde quanto seu ex-chefe e acabou abrindo o bico.

Fato é que, enquanto fechávamos esta edição, Braga Netto acabava de mudar de advogado, contratando um “medalhão” criminalista que, inclusive, fez o acordo de delação de Leo Pinheiro, da OAS durante a Lava Jato, e também já defendeu Zé Dirceu. ■

CONCILIAÇÃO

Governo Lula não enfrenta os golpistas



Lula ao lado do ministro da Defesa José Múcio e do comandante do Exército, general



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

Braga Netto foi tachado de “laranja podre nas Forças Armadas”, cuja prisão seria uma “homenagem aos militares que foram firmes na defesa da democracia”. Essa fala não veio de algum integrante da cúpula militar tentando se desvencilhar da tentativa de golpe. Quem falou isso foi o deputado e ministro Paulo Teixeira, do PT.

Outro que ecoou esse mesmo discurso foi, evidentemente, o atual ministro da Defesa, José Múcio, nome de confiança do bolsonarismo cuja única e exclusiva função é passar pano para golpista. Segundo Múcio, há de se separar o “CPF do CNPJ”.

Há uma tentativa em curso, que une de alguma forma o bolsonarismo e o governo Lula, de circunscrever a tentativa de golpe



Kids Pretos, a tropa de elite golpista

e a crise nas Forças Armadas em alguns nomes, resguardando a instituição. Para Bolsonaro, isso interessa porque sua defesa argumenta que um eventual golpe não o beneficiaria. Já o governo Lula manteria sua política conciliatória com a cúpula das Forças Armadas, e não bateria de frente, inclusive, com o “pessoal do agro”.

Braga Netto fica em sua “cela”, na verdade uma sala com TV, ar condicionado e todo tipo de regalia, enquanto o resto, inclusive o general do Exército, Freire Gomes, que ouviu todo o plano golpista, mas resolveu não aderir, são aclamados como defensores da “democracia”. Enquanto que, na realidade, se a maioria da cúpula não aderiu de pronto, foi mais por medo, preferindo aguardar o desenrolar da tentativa para ficar do lado vencedor, fossem os golpistas, tanto melhor para eles.

Isso mostra que o governo Lula, que tem nas mãos uma oportunidade única de realizar uma devassa nas Forças Armadas, extirpando os golpistas, nem o mínimo do mínimo se mostra disposto a fazer. ■

NENHUMA ANISTIA!

Investigação e prisão dos golpistas! Extinção do Artigo 142!



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO

Não foi à toa que a Polícia Federal tenha encontrado na mesa do Coronel Flávio Peregrino, espécie de faz-tudo de Braga Netto, não só um resumo da delação de Mauro Cid, como vários documentos sobre o artigo 142, um entulho da ditadura que pode dar a entender que as Forças Armadas cumpririam um papel de “poder moderador”.

Para enfrentar o golpismo, é imprescindível extirpar de vez essa excrescência da Constituição. Mas já antes, para ontem, botar na rua José Múcio e toda a cúpula militar que, se não aderiram à tentativa de golpe, foram coniventes. E alterar toda a estrutura e, inclusive, formação das escolas militares.

É necessário avançar nas investigações, prender os golpistas, incluindo Bolsonaro e família, e o “pessoal do agro” e demais financiadores da tentativa de golpe.

Isso é o básico, o mínimo para defender as parcas liberdades democráticas e enfrentar o golpismo. Mas é preciso lembrar que a extrema direita, incluindo os que querem a volta da ditadura, só serão lançados de vez à lata de lixo da História quando mudarmos as condições sociais e econômicas da classe trabalhadora e da grande maioria da população. Exatamente o contrário o que o governo Lula vem fazendo. ■

Governo do Ceará quer liberar “chuva de veneno” para favorecer o agronegócio



JEFERSON CHOMA, DA REDAÇÃO

O governo do Ceará liberou a pulverização de agrotóxico por meio de drones. A decisão foi anunciada pelo governador Elmano de Freitas, do Partido dos Trabalhadores, durante um evento com empresários.

Sob aplausos, o petista afirmou: “Quero dizer aos colegas do agronegócio que aqui estão que, pelo que tenho de informação, a Assembleia, até o final do ano, vota e resolve esse problema, para termos condição de, com um drone, utilizar herbicida na produção de frutas e outras produções necessárias”, declarou o governador cearense. No dia 19 de dezembro, sob a articulação do governo com o agronegócio a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou a liberação do uso dos drones.

REVOLTA DOS MOVIMENTOS DIANTE DA MEMÓRIA CURTA DO PT

A medida causou profunda indignação. O Ceará se tornou um exemplo quando foi o primeiro estado do país a proibir a pulverização aérea de agrotóxico, em 2019, com a Lei 16.820, conhecida como “Lei Zé Maria do Tomé”, em homenagem ao camponês que foi assassinado por lutar contra os agrotóxicos (leia abaixo).



Ze Maria do Tomé, á direita

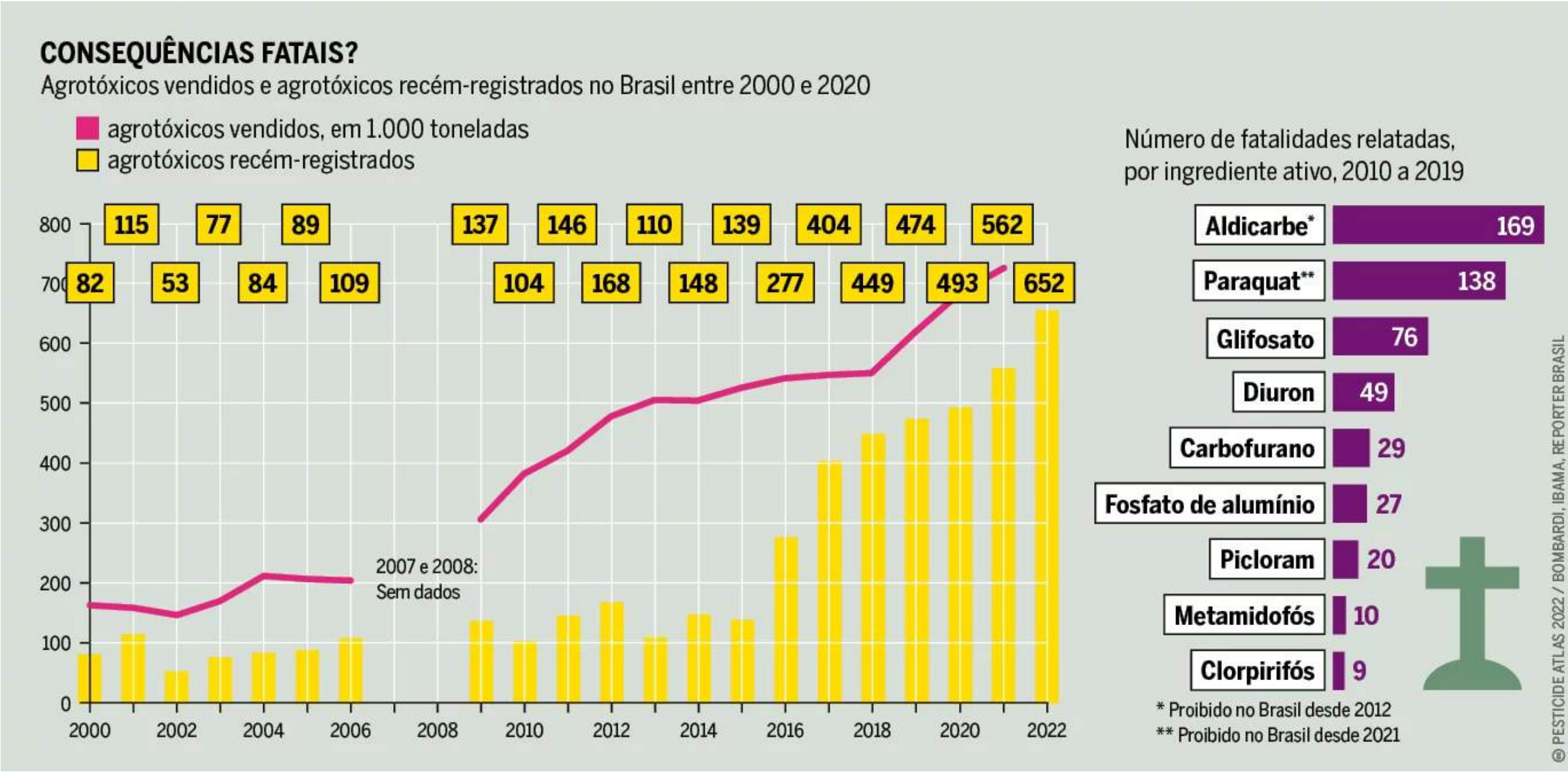
O mais perverso dessa história é que o Elmano de Freitas ajudou na elaboração da lei, quando ainda era um advogado dos movimentos camponeses no estado. Com os arrebatamentos do poder, se esqueceu de seus antigos compromissos.

Vários movimentos repudiaram a iniciativa do petista. O Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVSA) e a Articulação Cearense de Agroecologia (ARCA Agroecológica), além de outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento 21 de Abril (do qual a CSP-Conlutas faz parte), destacam que a pulverização aérea de agrotóxicos por drones potencializa a contaminação do solo, da água, da biodiversidade e das comu-

nidades, além de colocar em risco a vida daqueles e daquelas que vivem e trabalham no entorno das áreas agrícolas.

FAZENDO A ALEGRIA DO AGRO E DAS INDÚSTRIAS

Quem ficou feliz, entretanto, foram os senhores do agronegócio, principalmente da região do Baixo Jaguaribe, uma das regiões do Ceará mais expressivas em relação à produção agrícola de commodities (fruticultura irrigada para exportação, no caso). Também comemoram as grandes corporações estrangeiras, que produzem o veneno e vão ampliar suas vendas no estado à custa da saúde da população.



Como se não bastasse, o Ceará promove isenção de vários impostos que incidem sobre os agrotóxicos, como a total isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o que se soma às isenções concedidas pelo governo federal em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

“Estamos muito indignados com a votação da Assembleia Legislativa. O governo Elmano de Freitas do PT, defendeu a pulverização de veneno por drones. Isso destrói as

comunidades rurais, vai aumentar o número de casos de câncer, de má formação dos fetos. Mas o Movimento 21, todos os lutadores dos movimentos ambientais do Brasil e do mundo vão permanecer com o legado e a luta de Zé Maria do Tomé contra a pulverização aérea e por um ambiente saudável. Mataram novamente Zé Maria hoje, mas isso não significa que mataram a nossa luta. Vamos continuar firme nesse movimento”, disse Reginaldo Ferreira de Araújo, da CSP-Conlutas e do Movimento 21, e morador da Chapada do Apodi .



CHUVA DE VENENO, NÃO!

Em todo o Brasil, a pulverização aérea de agrotóxicos aumentou na mesma proporção que comunidades inteiras foram contaminadas. Em Espigão do Alto Iguaçu (PR), uma chuva de herbicida contaminou quase 100 pessoas. Em Bela Vista de Goiás (GO), 47 pessoas precisaram de atendimento médico após uma intoxicação causada por um fazendeiro.

“Quando o avião passava expurgando nossa comunidade, parecia que estava nevando (...) Quatro horas da tarde, a gente olhava pra comunidade, via tudo branco. Nem a igreja a gente não via. Muitas galinhas faleceram, muitos animais faleceram. Eu digo isso porque eu tinha no meu



Manifestação realizada dia 19/12 em frente a assembléia legislativa do CE

quintal 120 galinhas e 80 galinhas morreram numa tarde só, quando o avião passou expurgando. Isso aconteceu no quintal da minha casa. Por isso é que a gente fala contra os agrotóxicos”, explicou Socorro, camponesa da Chapada do Apodi, durante uma Audiência Pública, realizada em abril de 2015.

O uso de drones reduz os custos da pulverização aérea, dispensando as aeronaves convencionais. E, ao contrário da alegada “agricultura de precisão”, os drones acabam espalhando mais veneno, uma vez que são operados por pessoas que sequer realizaram algum tipo de treinamento. Os riscos da pulverização por drone levaram a União Europeia (UE) a proibir essa prática.

Mas, por aqui sequer há alguma regulação, enquanto se registra um aumento crescente de denúncias por contaminação no uso dos drones. Apenas este ano, 214 comunidades denunciaram contaminações por agrotóxicos aplicados por drone no Maranhão, o que corresponde a 94% de todas as denúncias envolvendo pesticidas. ■

SAIBA MAIS

O que é a “Lei Zé Maria do Tomé”

Em 2010, Zé Maria do Tomé, um líder camponês que denunciava a contaminação por agrotóxicos aplicados por aviões, foi assassinado com 26 tiros, em um crime sob encomenda. Zé Maria era líder de um movimento que havia levado a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte a proibir a prática. Mas, pouco tempo depois, a lei foi revogada, por pressão do agronegócio.

Contudo, em 2019 foi aprovada uma lei estadual proibindo a pulverização aérea, como fruto da luta do movimento camponês do estado. A lei recebeu o nome popular de “Lei Zé Maria do Tomé”. A lei fez do Ceará o primeiro e único estado do país a proibir a aplicação de agrotóxico por aviões. A restrição teve a sua constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em maio do ano passado, quando a Corte negou uma ação impetrada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por entender que a norma é “protetiva à saúde e ao meio ambiente”.

O assassinato do líder rural também fez nascer o Movimento 21, um grupo de ativistas, cientistas, médicos, advogados e entidades sindicais que denuncia as contaminações e, agora, está na linha de frente para impedir a pulverização por drones.



REALIDADE!

Brasil é o paraíso dos agrotóxicos



JEFERSON CHOMA, DA REDAÇÃO

Desde 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O consumo desses pesticidas aumentou 190%, entre 2002 e 2012, superando o crescimento mundial, de 93%, nesse mesmo período, segundo dados dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma estimativa da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) mostra que o Brasil usa 10,9 kg de agrotóxicos por hectare de lavoura, enquanto os Estados Unidos usam 2,85 kg/ha e a China, 1,9 kg/ha.

O resultado é a explosão dos casos contaminação. Entre janeiro de 2013 e junho de 2022, foram notificados 124.295 casos de intoxicação por agrotóxicos. Um levantamento da Agência Pública e do Portal Repórter Brasil, com dados de 2019 a

março de 2022, apontou que essas intoxicações resultaram em 439 mortes. Mas, especialistas alertam que o número pode ser bem maior, pois ainda há muita subnotificação.

FEITO PARA MATAR

Os agrotóxicos surgiram como subprodutos de componentes químicos criados para matar pessoas em guerras, tais como o DDT ou o “agente laranja”, criados para serem usados na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã.

Com grandes estoques destes produtos químicos, eles começaram a ser destinados como insumos agrícolas. Em síntese, os agrotóxicos não foram criados para matar a fome, como afirmam seus defensores. Foram criados para matar pessoas. Por isso, não causa estranhamento que sua “função originária” seja evocada quando são utilizados como armas químicas em conflitos agrários contra povos indígenas e camponeses.

USO DO VENENO EXPLODIU APOIADO POR SUCESSIVOS GOVERNOS

A explosão do uso do veneno acompanhou o avanço do neoliberalismo na agricultura brasileira, quando monopólios estrangeiros passaram a controlar a produção e o fornecimento de insumos agrícolas, resultando no crescimento no mercado de agrotóxicos.

Tudo isso foi patrocinado pelo Estado brasileiro via generosos créditos agrícolas (como o Plano Safra) e isenções fiscais. A nova localização do Brasil na divisão internacional do trabalho, como exportador de commodities agrícolas, fez com que os agrotóxicos avançassem juntamente com a fronteira agrícola da agricultura capitalista, o chamado agronegócio.

A partir de 2006, houve uma explosão na liberação de registros de agrotóxicos, como pode ser visto no gráfico abaixo. O auge foi em 2022, com mais de 652 registros aprovados pelo então governo Bolsonaro. Mas, a liberação já vinha assumindo uma curva ascendente nos governos anteriores, inclusive os do PT.

REJEITADOS PELO IMPERIALISMO E DESPEJADOS EM NOSSAS TERRAS

Muitos desses agrotóxicos são proibidos em outros países. Dos dez mais vendidos no Brasil, cinco são proibidas na Europa. E são exatamente os países imperialistas que produzem o veneno que é despejado aqui.

Entre 2088 e 2019, a União Europeia exportou 6.84 mil toneladas de agrotóxicos proibidos em seu território para o Mercosul, principalmente o Brasil, segundo estimativas da pesquisadora Larissa Bombardi, autora do livro “Agrotóxicos e colonialismo químico” e professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD, na sigla original), na França.

A pesquisadora destaca que, no Brasil, os limites dessas substâncias químicas nos alimentos costuma ser centenas ou milhares vezes maior do que é permitido na UE. Uma alface cultivada no Brasil, por exemplo, pode ter 600 mais resíduos de clorotanolil do que na Europa. Esses componentes químicos provocam diabetes, disfunção no metabolismo de lipídios, câncer e danos no DNA.

COM O AGRO NÃO HÁ FUTURO

O avanço dos agrotóxicos é um produto da decadência capitalista do país e do avanço do agro, fomentado por todos os governos, inclusive o de Lula, que deu ao setor mais R\$ 400 bilhões de créditos, via o Plano Safra.

É preciso acabar com esse modelo de agricultura, antes que ele acabe com a saúde da população, dos trabalhadores e trabalhadoras do setor e com o meio ambiente. Precisamos de um novo tipo de agricultura. Um modelo agroecológico, que possibilite uma relação mais saudável com a natureza e produza alimentos saudáveis à população. ■

LUTAS

Justiça gaúcha defere liminar do grupo Zaffari contra o PSTU

A rede de hipermercados ingressou com uma ação judicial – “interdito proibitório” – visando impedir novas manifestações contra a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras praticada pelo grupo, particularmente na jornada de trabalho chamada “escala 10X1”.

 PSTU PORTO ALEGRE



Foi deferida, pela Justiça gaúcha, uma liminar que impede novas manifestações dentro das dependências do Zaffari, como estavam ocorrendo. A iniciativa do Zaffari é um atentado contra a liberdade de manifestação e opinião, com o objetivo de manter uma jornada de trabalho desumana.

O PSTU não se calará e continuará denunciando essa arbitrariedade praticada pelo grupo Zaffari, chamando os trabalhadores a continuarem mobilizados.

UM IMPÉRIO DESUMANO, GANANCIOSO E ANTIDEMOCRÁTICO

O grupo Zaffari é um dos maiores oligopólios empresariais do estado do Rio Grande do Sul. Em 2023, faturou R\$7,6 bilhões, à custa da exploração dos seus trabalhadores e da monopolização da rede de mercados.

Todos os pequenos comerciantes, mercados varejistas de bairros, são sufocados pelo império Zaffari. São constantes as denúncias de obras e instalações em suas unidades que ameaçam inclusive o meio ambiente.

No momento, por exemplo, o Ministério Público está investigando a instalação de um centro de compras numa área verde de 52,9 hectares, que engloba algumas Áreas de Proteção Permanente (APP) e nascentes, no bairro Jardim Sabará.

E, agora, o grupo quer impedir que sejam realizadas manifestações que denunciem as atrocidades cometidas a serviço da ganância pelo lucro. Pediram, na Justiça, para que sejamos proibidos de nos aproximarmos, a menos de 200 metros, de qualquer loja do Zaffari, sob pena de uma multa de R\$ 10 mil. E, pior, foram parcialmente atendidos, já que conseguiram qualificar atos relâmpagos, realizados na entrada dos mercados, como “ocupações”.

Para nós, esta é uma demonstração de que a campanha de

denúncia está crescendo e causando estragos. E, de imediato, o PSTU deixa nítido que qualquer medida repressiva – seja judicial, seja física – não nos fará recuar. Seguiremos firmes, organizando e participando de todas as atividades definidas e propostas pelo movimento “Fim da Escala 6×1 de Porto Alegre”.

ZAFFARI NÃO É UM CASO ISOLADO

Nossa luta, aqui, é parte de uma batalha nacional, que, desde novembro, tem se traduzido em atos e, inclusive, greves em algumas categorias, pelo fim da escala 6x1. A força desta pauta expressa a revolta com a crescente exploração no mundo do trabalho.

O Brasil tem dois terços da força de trabalho desempregada ou subempregada e também temos uma das jornadas de trabalho mais extensas do mundo, ainda mais considerando as horas extras, os bancos de horas e o trabalho intermitente, que extrapolam as 44 horas semanais.

Mesmo com os avanços tecnológicos em vários ramos da economia, a maioria dos empregos criados nos últimos anos são precarizados, com salários baixos, escalas abusivas e sem direitos.

No caso do Zaffari, que possui 12.500 funcionários, além da jornada de 10x1 (trabalha-se 10 dias e folga-se um), há denún-



cias de que os trabalhadores e trabalhadoras cumprem jornadas de mais de 10 horas e são remunerados com vale alimentação, ao invés de horas extras, como forma de “salário”.

MOVIMENTO ESTÁ ATROPELANDO A PELEGADA

O Sindicato de Comerciantes (Sindec) sempre foi conivente com esta escala desumana e assinou um acordo avalizando a escala 10x1 do Zaffari. Pressionado justamente pelas três manifestações realizadas na entrada de mercados Zaffari, o presidente do sindicato manifestou-se na imprensa, afirmando que não renovará esta cláusula. Uma primeira vitória do nosso movimento.

Infelizmente, toda peça jurídica que quer nos atacar é baseada em uma declaração do Sindicato de Comerciantes, que afirma não ter qualquer envolvimento com as manifestações relâmpagos e também que não as apoia. Um papel lamentável, que precisa ser repudiado não apenas pelos comerciantes, mas pelo conjunto da classe trabalhadora de Porto Alegre.

IMPULSIONAR A UNIDADE, A ORGANIZAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

O PSTU vem a público denunciar a tentativa de coerção feita pelo grupo Zaffari e conclama os trabalhadores e trabalhadoras a fortalecermos ainda mais essa luta tão necessária para que tenhamos uma vida além do trabalho, denunciando e enfrentando as empresas que adotam jornadas abusivas e desumanas.

Necessitamos de toda unidade e força da classe trabalhadora nos locais de trabalho, de estudo e moradia, como também o envolvimento dos movimentos sociais, dos sindicatos e demais organizações da classe trabalhadora, para que possamos avançar na luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e pela conquista de direitos para que possamos sair vitoriosos deste processo. ■